



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
**Fundação Oswaldo Cruz**



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE  
JOAQUIM VENÂNCIO

**Giovanna Iaschineski**

**EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA:  
O que está em questão?**

**Rio de Janeiro**

**2017**

**Giovanna Iaschineski**

**EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA:  
O que está em questão?**

**Monografia apresentada à Escola Politécnica de  
Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo  
Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial  
para aprovação no Curso Técnico em Gerência  
em Saúde.**

**Orientador(a): Grasielle Nespoli**

**Rio de Janeiro**

**2017**

*Dedico esse trabalho a todos que  
me apoiaram e acreditaram na minha  
capacidade, principalmente minha mãe Josi, se  
não fosse por ela, nada disso seria possível.*

## **AGRADECIMENTOS**

Antes de tudo e de todos agradeço à minha mãe por sempre ter feito de tudo por mim, sempre ter tido fé e acreditado na minha capacidade, por me incentivar e me provar que sou capaz nos momentos que penso em desistir.

Agradeço à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) pelo apoio institucional.

Agradeço à minha orientadora e amiga Grasielle Nespoli, com quem compartilhei ideias e construções de conhecimento. A qual admiro como orientadora, amiga, mãe, professora, em todos os aspectos. Sou muito grata por toda ajuda, conselho, dedicação e apoio. Grasi, muito obrigada.

Agradeço as minhas professoras Carol Dantas e Adelyne Mendes por toda orientação e ajuda na construção do projeto, e as professoras Elizabeth Leher e Simone Ribeiro pelas colaborações na avaliação da monografia.

Agradeço à minha família, principalmente minha irmã Bruna, e amigos por toda a força, incentivo e apoio.

*Você não deve viver a  
vida como outras  
pessoas esperam que  
você viva; tem que ser  
sua escolha, pois  
quando estiver  
lutando, você estará  
sozinho...*

*(Lewis Carroll, Alice  
no País das  
Maravilhas)*

## **RESUMO**

Esta monografia aborda o tema da educação sexual e teve por objetivos: revisar a história das práticas de educação sexual em escolas no Brasil, analisar de que forma o tema da sexualidade é abordado nas diretrizes e normas do Ministério da Educação, especificamente nos Parâmetros Curriculares Nacionais e nas versões elaboradas da Base Nacional Comum Curricular. A pesquisa foi realizada por meio de revisão da literatura, de artigos disponibilizados na íntegra na base do Scielo, e de análise das referidas normas do Ministério da Educação. Os resultados apontam que a educação sexual foi introduzida nas escolas no Brasil no início do século XX, no contexto de combate às doenças venéreas, formando a primeira onda da educação sexual, caracterizada pela questão moral e higiênica. Nos anos de 1960, com o fortalecimento dos movimentos feministas, de reconhecimento da população de gays e lésbicas, e da equidade étnico-raciais, surgiu a segunda onda da educação sexual, fortemente influenciada por essas lutas. E foi no contexto da epidemia da AIDS nos anos de 1980 que apontou a terceira onda, que tem a prevenção como questão central inscrita sob o termo “sexo seguro”. Foi somente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que houve abertura para a abordagem democrática e pluralista do tema da educação sexual nas escolas, com a publicação de um fascículo denominado Orientação Sexual, que compõe os Parâmetros Curriculares Nacionais. Contudo, no processo de elaboração da Base Nacional Curricular Comum, apresentada em três versões, o tema da educação sexual se torna escasso, sendo subtraído dos textos dos componentes curriculares. Conclui-se que esse processo de subtração do tema da educação sexual está relacionado ao crescimento do movimento Escola sem Partido que reinterpreta um discurso conservador em relação à sexualidade, tornando-a novamente assunto privado a ser tratado somente no âmbito familiar.

**Palavras-chave:** Educação sexual, sexualidade e escola.

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>7</b>  |
| <b>2. A ORIGEM DA EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS NO BRASIL .....</b>       | <b>11</b> |
| <b>3. A EDUCAÇÃO SEXUAL NOS PARAMETROS CURRICULARES NACIONAIS .....</b> | <b>16</b> |
| <b>4. A EDUCAÇÃO SEXUAL NA BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM .....</b>     | <b>25</b> |
| <b>5. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                         | <b>32</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>                                 | <b>34</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A sexualidade é uma importante dimensão da vida humana, é algo inerente à condição humana, que começa a se aflorar desde a mais ingênua idade. Sendo assim, podemos afirmar que a sexualidade não está apartada dos outros traços humanos, é algo natural que todos já nascemos com e que ao longo da trajetória de vida prospera e se transforma. Infelizmente, também é uma experiência reprimida, muitas vezes, desde cedo. Ao contrário do que muitos pensam, a sexualidade não se reduz ao sexo (dimensão biológica), mas aborda questões de gênero (expressão e construção social), práticas de prazer e de autoconhecimento. Desta forma, a sexualidade vai muito além do que é proposto e apresentado nas aulas de biologia, não se trata do sistema reprodutor apenas para reproduzir, os órgãos referentes ao sistema reprodutor possuem outras funções, como a de proporcionar prazer. O modo como se expressa a sexualidade se modificou ao longo da história, pois a mesma se constitui culturalmente. (Bonfim, 2009)

Envolvendo aspectos biológicos e sociais, a sexualidade torna-se um tema introduzido na escola, por meio de atividades voltadas para o que veio se chamar educação sexual no início do século XX no Brasil. De modo geral, podemos dizer que a educação sexual é uma prática que trata diversos temas como a sexualidade, seus riscos, prevenções de doenças, diversidade de gênero, etc. Aborda assuntos como relações sexuais, gravidez precoce ou na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis (DST), métodos de prevenção e contraceptivos, diversidade sexual e de gênero, respeito e tolerância, entre alguns outros assuntos que estão cada vez mais recorrentes entre os jovens e mais preocupantes, já que tem um grande impacto e influência na sociedade. A educação sexual se coloca mais necessária diante do cenário de aumento da gravidez na adolescência e, conseqüentemente, da mortalidade materna, da interrupção da gestação, da incidência de HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis (DST) como a sífilis, a gonorreia e a clamídia que estão reemergindo significativamente na população jovem brasileira. Trata-se, portanto, de uma questão de saúde pública. Se a educação sexual fosse abordada em sala de aula, acredita-se que diminuiria a contaminação de DST, os índices de gravidez na adolescência cairiam, os índices escolares melhorariam (já que muitos dos adolescentes deixam de estudar por causa da gestação, uma vez que precisam trabalhar e sustentar sua família), a intolerância e o preconceito com a sexualidade do próximo também diminuiriam. Além do mais, esse tema não diz respeito somente ao sexo biológico, refere-se

também a atitudes, valores e comportamentos que envolvem as relações sociais. (Dinis, Asinelli-Luz, 2007)

Por isso, a educação sexual possui uma grande importância e é necessária no ambiente escolar, pois é na fase escolar, durante a puberdade, que os jovens dão início a sua vida sexual. A partir desse argumento, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, publicada em 1997, gerou uma abertura para uma abordagem democrática (baseada na participação e no diálogo com educadores, pais e estudantes) e pluralista (contemplando diferentes visões) do tema da educação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997). Seguindo os PCN, algumas escolas tiveram ótimos resultados como mais tolerância e respeito no cotidiano escolar, um rendimento escolar melhor e menos tensão devido ao alívio de preocupações com algumas questões recorrentes a sexualidade. (Dinis, Asinelli-Luz, 2007)

Todavia, ainda existe um grande tabu em relação à educação sexual, com base muitas vezes numa visão religiosa, que pressupõe que a sexualidade é um tema privado que deve ser tratado dentro de casa. Rios (2006) considera que quando se propõem aos pais a abordagem da educação sexual nas escolas, há uma grande repercussão e desaprovação por parte dos mesmos. Os pais que se posicionam contra, na maioria das vezes, possuem argumentos baseados em crenças religiosas, sendo assim contraditórios ao Estado laico que deve regular a educação pública. Os que defendem a educação sexual na escola compreendem que não é “certo” misturar crenças e valores religiosos com a educação da nossa sociedade, até porque o Brasil possui uma diversidade religiosa, e o Estado, de acordo com a lei, deve permanecer autônomo avante tais instituições ou crenças. (Rios, 2006).

O argumento moralista muitas vezes se expressa de modo religioso. Diante disso, um direito democrático da sexualidade implica refutar discursos fundados em premissas religiosas, uma vez que a "juridicização" dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos na tradição dos direitos humanos coloca esse debate na arena mais ampla do Estado laico e democrático de direito, em sintonia com ideais republicanos. Concebidos a partir desses marcos fundamentais, os direitos sexuais podem constituir-se como espaços onde sociedade civil e Estado mantêm-se autônomos diante das instituições religiosas, preservando o pluralismo e o respeito à diversidade. (Rios, 2006, p.95)

E a própria escola, muitas vezes, possui um olhar de que o sexo é algo venturoso e que deve ser temido por trazer malefícios como doenças, gravidez indesejada e/ou precoce. A orientação sexual quer trabalhar esse estereótipo de que o sexo é negativo e só possui malefícios,

caso fosse abordado corretamente na escola e em casa, tais malefícios poderiam ser evitados e apenas aproveitados os benefícios produzidos pelas práticas sexuais. (Reis e Ribeiro, 2005)

A partir de 2003, no contexto de implementação do programa Brasil sem Homofobia<sup>1</sup>, percebemos aflorar discursos conservadores contrários à educação ou orientação sexual na escola. Sob outro viés, a educação sexual é, segundo Gava e Villela, colocada em xeque, “tendo como pano de fundo o embate político e ideológico sob outro aspecto, pois ao invés de reforçar o papel do Estado na construção dos valores sociais, questiona a sua pertinência, em especial da escola, na construção de valores juntos a estes/as estudantes” (2016, p.159). Com isso, todo esse debate pertinente à educação ou orientação sexual na escola abre espaço para um movimento nomeado “Escola sem Partido”, que propõe um projeto de lei que objetiva garantir a neutralidade dos professores em sala de aula, evitando assim a chamada doutrinação ideológica ou a propagação da chamada “ideologia de gênero”<sup>2</sup>. Assim, temas como gênero e respeito à diversidade sexual passariam a não ser mais objeto da educação escolar.

Podemos perceber que existe uma disputa atual em relação à educação sexual na escola que se expressa na mudança recente na própria legislação, com a publicação da Base Nacional Curricular Comum por meio da Portaria 1570 de dezembro de 2017. Por um lado, vemos discursos que continuam defendendo os benefícios de se abordar a educação sexual nas escolas, por outro, discursos que expressam pensamentos conservadores e não consideram que tal assunto seja de domínio ou dever escolar, público, para ser abordado no espaço educativo.

Nesse sentido, o objetivo geral da monografia é identificar mudanças históricas ocorridas na abordagem do tema da educação sexual em escolas no Brasil. E os objetivos específicos são: revisar a história das práticas de educação sexual em escolas no Brasil; analisar de que forma o tema da sexualidade é abordado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e na Base Nacional Curricular Comum, legislações do Ministério da Educação (MEC). Espera-se responder as seguintes questões: De que maneira surge a educação sexual em escolas no Brasil? O que a legislação, particularmente os PCN, define como educação sexual e orientação sexual? Quais

---

<sup>1</sup> O Programa Brasil sem Homofobia foi lançado em 2004 a partir de uma série de discussões entre o Governo Federal e a sociedade civil organizada com o intuito de promover a cidadania e os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas. (BRASIL, 2004)

mudanças ocorreram no processo de construção da Base Nacional Curricular Comum, em relação aos PCN?

A pesquisa é orientada por uma abordagem qualitativa, uma vez que aborda o “universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 1993, p. 21). No caso deste trabalho, trata-se de investigação das concepções, normas e estratégias de educação sexual em escolas.

O estudo tem como principal técnica a revisão e análise da literatura. Nesse sentido, baseia-se no levantamento de textos publicados em periódicos científicos, que serão lidos, analisados e sistematizados ao longo da monografia, servindo de referência e explicações sobre o tema em questão. O levantamento dos textos foi feito por meio da busca nas bases de dados Scielo, tendo como referência os descritores educação sexual e sexualidade, definidos na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) da seguinte forma: 1) Educação sexual: Educação que aumenta o conhecimento dos aspectos funcionais, estruturais e comportamentais da reprodução humana; 2) Sexualidade: Funções sexuais, atividades, atitudes e orientações de um indivíduo. A sexualidade, masculina ou feminina, se torna evidente na PUBERDADE sob as influências dos esteroides gonadais (TESTOSTERONA ou ESTRADIOL) e dos efeitos sociais.

Vale a pena destacar que Escola não aparece como um descritor na BVS.

Como se buscou artigos publicados na íntegra, o levantamento foi feito na base Scielo. Em levantamento preliminar do termo Educação Sexual, encontrou-se 73 publicações, das quais 10 são em inglês e 1 em espanhol, sendo essas excluídas. Das 62 restantes, a maioria trata de relato de experiência ou de pesquisas exploratórias feitas em escolas sobre temas que envolvem educação sexual, como prevenção de DST/AIDS, gravidez, homofobia, dentre outros. Cruzando com a palavra sexualidade, o resultado é nulo. Cruzando com a palavra escola o resultado cai para um total de 41 artigos. Desses, foram selecionados cinco textos que abordam o tema da educação sexual em escolas, com ênfase nas concepções e legislação vigente. Outros artigos foram encontrados em periódicos não indexados ao Scielo, como a Revista Estudos Feministas de Florianópolis. Além da revisão da literatura, foi feita uma análise documental da legislação que orienta a organização curricular nas escolas, basicamente, dos Parâmetros Curriculares Nacionais e as três versões da Base Nacional Curricular Comum.

## 2. A ORIGEM DA EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS NO BRASIL

O debate sobre temas que envolvem a educação sexual não é novo. César (2009), recuperando o estudo de Foucault apresentado na obra *A história da sexualidade*, lembra que a preocupação com a sexualidade surge nas escolas do século XIX, por meio do estabelecimento de normas e regras sobre o corpo de jovens e crianças (como se vestir, como se sentar, como comer etc).

No Brasil, foi no contexto de combate às doenças venéreas que a educação sexual adentrou as escolas, no início do século XX, quando profissionais da educação e da saúde passaram a defender e participar da inserção do tema no currículo escolar, com expectativa de expandir o conhecimento, melhorar a saúde e formar crianças e jovens com comportamentos adequados. Essa foi, segundo César, **a primeira onda** da educação sexual, caracterizada pela questão moral e higiênica. Nesse contexto, Bonfim afirma que “às normas de comportamento sexual estavam inseridas no código moral dos grupos sociais e eram transmitidas através da família, das crenças religiosas e das relações na comunidade de origem” (2009, p.12). Um fato que evidencia isso foi:

No ano de 1922, o importante intelectual e reformador educacional brasileiro, Fernando de Azevedo, respondeu a um inquérito promovido pelo Instituto de Higiene da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo sobre educação sexual. Por aquela ocasião o intelectual destacava a importância do ensino da matéria para o “interesse moral e higiênico do indivíduo” e para o “interesse da raça” (César, 2009, p.39)

Vale dizer que as escolas que aderiram a educação sexual em seus currículos não possuíam nenhuma associação com a Igreja Católica ou eram protestantes. (Bonfim, 2009; Figuero, 1998). Nesse contexto, as práticas educativas visavam regular os comportamentos sexuais de crianças e jovens, como expresso pelo controle da masturbação, entendida como um pecado.

Bassalo (2010) afirma que, no início do século XX, as inúmeras iniciativas disciplinares que incidiam sobre o controle dos corpos tiveram crescente influência da área médica no processo de normalização do que é saudável. A respeito disso, a I Conferência Nacional de Educação realizada em 1928 apontou as vantagens higiênicas e eugênicas da educação sexual

Os congressistas de 28 consideravam que a necessidade da educação sexual era gerada pelo avanço dos conhecimentos científicos fosse na área da biologia, história natural ou psicanálise, e pela urgência em gerar indivíduos mais saudáveis. Para eles os atos

pertinentes à vida sexual não carregavam em si nada de pecaminoso, logo, os preconceitos criados em torno do assunto seriam geradores de conflitos e problemas desnecessários que poderiam ser evitados, se houvesse uma formação educacional na área. Por outro lado, identificavam a urgência em obter indivíduos mais saudáveis para uma sociedade higiênica. (Bassalo, 2010, p. 3)

Bassalo, com base nos estudos de Kehl, demonstra que a educação sexual não é como um posicionamento social homogêneo. Infelizmente, há uma limitação referente à sexualidade, Bassalo enfatiza que deve ocorrer uma desconstrução quando se tratar de assuntos referentes à sexualidade, deve haver naturalidade para que o preconceito com a mesma diminua.

Impõe-se como medida de preservação individual e coletiva, baseada no mais alto interesse da espécie, que se proceda à educação sexual gradual e paulatina das crianças, dos jovens e mesmo dos adultos, afim de que o mais nobre ato, que é o da geração, não continue a processar-se apenas sob o impulso instintivo, só compreensível e admissível entre os animais irracionais” (KEHL, 1997, p.437 *apud* BASSALO, 2010)

Com a crescente discussão sobre a educação sexual, em 1933 foi fundado na cidade do Rio de Janeiro o “*Círculo Brasileiro de Educação Sexual*, que editou um periódico denominado *Boletim* desde o ano da sua criação (1933) até 1939” (Souza *apud* César, 2009; Bassalo, 2010). Todavia, Rosemberg (1985) afirma que o tema referente à educação sexual era desvalorizado até os anos de 1960, por isso, no mesmo contexto, os materiais sobre o tema eram escassos e os poucos que haviam eram censurados ou simplesmente desapareciam. Um exemplo curioso foi a censura de um livro, voltado para o público infanto-juvenil, chamado “O menino e o pinto do menino”, que não possuía referências sexuais, apenas a palavra pinto no título, o que levou o mesmo a ser censurado.

Nesse contexto, a Igreja Católica possuía uma grande influência na sociedade, nos seus valores, na sua educação, em suas decisões e principalmente na política. Sendo assim, também influenciava significativamente o Estado, que se posicionava de forma conservadora no que tange à legislação da época. Com isso, a Igreja Católica criava um clima de opressão à sexualidade e assuntos referentes à sexualidade quando solicitados eram negados ou usados como argumento para comportamentos punitivos. Alguns de seus meios de influência eram filmes e espetáculos, que persuadiam quem os assistiam. A Igreja Católica era tão repressiva que afetava e interferia até no ensino da sexualidade humana ou biológica. (SFAIR, BITTAR, LOPES. 2015).

É importante destacar que não havia nenhuma lei que proibisse que temas referentes à sexualidade fossem abordados, o que acontecia era que a Igreja Católica e o Estado eram tão repressores que só por serem contra a abordagem de temas referentes a sexualidade, professores e

educadores preferiam não abordar os mesmos para não sofrerem retaliação dos demais. Nesse momento, não eram apenas os religiosos e militares, mas principalmente as famílias que atuavam de forma repressiva. Vale destacar que a repressão sexual tem como consequência, ao contrário do que se espera, um despertar da curiosidade sobre o tema por parte dos jovens.

Nos anos de 1960, o fortalecimento dos “movimentos pelos direitos civis, as lutas feministas, os movimentos de gays e lésbicas, as reivindicações étnico-raciais e, na América Latina, as lutas contra os regimes ditatoriais, produziram marcas no discurso sobre a sexualidade na escola” (César, 2009, p.40). Nesse contexto, algumas iniciativas foram propostas pelo Governo brasileiro visando ampliar as discussões e projetos referentes à educação sexual nas escolas. Nesse momento, emerge a **segunda onda** da educação sexual no Brasil, fortemente influenciada pelas questões feministas e de gênero.

Vale destacar que nesse contexto, no início dos anos de 1960, o Brasil vivia um momento de “renovação pedagógica”, onde começaram a criticar alguns aspectos educacionais e botar em prática planos para a melhoria da educação escolar. No Brasil, essa renovação pedagógica foi provocada principalmente pelo pensamento de Paulo Freire (César, 2009). Com isso, foi na década de 1960 que houve maior expansão da educação sexual no currículo escolar, quando, além das escolas das redes públicas de ensino, escolas católicas ou com outros vínculos religiosos aderiram à educação sexual em seus currículos. (Bonfim, 2009; Gava e Villela, 2016). Uma das iniciativas foi o “Projeto de Lei da Deputada Júlia Steinbuch que, em 1968, propunha a inclusão obrigatória de educação sexual nos currículos de 1º e 2º grau.” (ROSERMBERG, 1985, p. 13).

Contrariamente a esse movimento, com o golpe que instaurou a ditadura militar, em 1964, e a partir de uma aliança entre militares e a igreja, foram proibidos experimentos e assuntos relacionados a educação sexual na escola. (César, 2009). Com isso, algumas iniciativas foram estacionadas ou impedidas. Um exemplo é a publicação de uma Portaria por parte do Secretário de Estado dos Negócios da Educação de São Paulo que “proibiu professores do ensino secundário, em especial os de Biologia e de Sociologia, de exporem nas escolas sobre a sexualidade e sobre a contracepção” (WEREBE, 1998, p. 174 *apud* César, 2009). Outro exemplo é o projeto de lei mencionado acima, que só foi votado e aprovado em 1978, quando o mesmo começou a ser posto em prática em três escolas públicas, já no final da Ditadura. Para introduzir o tema da sexualidade na escola, antes de trabalhar diretamente com os estudantes, foram formados

os professores e as equipes técnicas, e a proposta foi compartilhada com os responsáveis legais dos estudantes. No relatório sobre essa experiência consta que os responsáveis demonstraram bastante preocupação em relação ao projeto, pois o mesmo era restrito apenas aquelas equipes e escolas, procurando evitar a divulgação antecipada já que, no contexto da ditadura militar, a sexualidade tornou-se um assunto delicado. Após a experiência o assunto foi publicado que se tornou de conhecimento público, sendo abordado em meios de comunicação, despertando o interesse da população brasileira em falar e ouvir assuntos sobre sexualidade. Em 1979 e 1980, foram criados serviços telefônicos, programas de rádio e de televisão, com uma ampla audiência, para debater e falar sobre sexualidade. (ROSERMBERG, 1985).

No final da ditadura, “a educação sexual e os debates sobre gênero ou feminismo apareceram como parte de um projeto de escola e educação que se instaurou nas bases das lutas pela redemocratização do país, e nesse momento a educação sexual apareceu como uma reivindicação importante do movimento feminista brasileiro” (César, 2009, p.41). Em 1982, movimentos feministas da época influenciaram a opinião de algumas partes da população a partir de questionamentos referente à sexualidade e ao machismo presentes na sociedade naquela época, onde apenas os homens podiam ter desejos sexuais e assim também era aceito que os mesmos traíssem suas esposas com a desculpa de que elas não os satisfaziam. Foi lançado, no mesmo ano, o livro “Educação Sexual: uma proposta, um desafio”, destinado aos jovens. A autora, Maria Amélia Goldberg, abriu o debate apontando dois problemas percebidos pelas mulheres que lutavam pela igualdade de direitos: a assimetria do desejo sexual e a violência sexual. A autora se posicionava “contra a assimetria do desejo sexual, quer dizer, contra a concepção de que por uma questão de natureza biológica, ele [o homem] precisa de sexo enquanto ela [a mulher] não precisa” e a favor do direito da mulher ter controle de seu próprio corpo. Apresentava assim uma visão que buscava superar a concepção restrita de sexualidade. (ROSEMBERG, 1985).

No início dos anos de 1980, houve início de uma grande epidemia de AIDS (ou SIDA em português: Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) que fortaleceu a luta pela educação sexual na escola, já que a escola seria o lugar ideal para tratar de tal assunto, divulgando informações sobre o sexo seguro, evitando assim a contaminação com o HIV e a AIDS, e de outras DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis)<sup>3</sup>, e evitando também a gravidez precoce. Assim se inicia

---

<sup>3</sup> Hoje renomeada de Infecções Sexuais Transmissíveis.

**a terceira onda** da educação sexual, que tem a prevenção como questão central inscrita sob o termo “sexo seguro”.

(...) a epidemia de HIV/AIDS terá um grande impacto na educação, na medida em que crescia o paradigma da informação como “arma” contra a epidemia. Assim, a escola no início dos anos 90 foi tomada como um lugar fundamental para a propagação de informações sobre o “sexo seguro”, as quais incluíam, além do contágio do HIV/AIDS e outras DSTs, a “gravidez na adolescência”, que para os especialistas começou a ser tomada como um “problema pedagógico” importante. A partir desse momento, o discurso da sexualidade nas escolas brasileiras foi definitivamente colonizado pela ideia de saúde e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez na adolescência, tomadas como sinônimo de problema de saúde física e social. (César, 2009, p. 42)

Como exposto até agora, podemos concluir que a educação sexual foi abordada em contextos diferentes, sendo discutida e integrada à educação brasileira por três principais marcos na história, caracterizadas como a primeira caracterizada pela questão moral e higiênica; a segunda fortemente influenciada pelas questões feministas e de gênero; e a terceira no contexto da epidemia da AIDS. (César, 2009).

### 3. A EDUCAÇÃO SEXUAL NOS PARAMETROS CURRICULARES NACIONAIS

A visibilidade do tema da educação sexual em escola foi crescente somente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, quando houve abertura para a abordagem democrática do tema da educação sexual, como base nos princípios definidos no Art. 3º:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - Garantia de padrão de qualidade;
- X - Valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Brasil, 1996).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1996, apresenta uma distinção entre a educação sexual e a orientação sexual. A educação sexual é referente à educação recebida por um indivíduo a partir de seu nascimento, por sua família, depois pela sociedade, religião, mídia, que possui regras e normas influenciadas por processos culturais. Já a orientação sexual refere-se ao ensino realizado por um profissional especializado, onde o mesmo realiza um trabalho que tem o intuito de informar, refletir, fazer com que os indivíduos entendam e conheçam seu próprio corpo, sentimentos, medos, relacionados à sua sexualidade. (Reis e Ribeiro, 2005)

O fascículo do PNC intitulado Orientação Sexual apresenta a sexualidade como parte de nós, já nascemos com ela e não a obtemos ao longo do tempo. O documento pressupõe que alguns professores ignoram, ocultam ou reprimem as manifestações da sexualidade na escola, atribuindo o dever de abordar tais assuntos à família. O texto afirma que a família possui influência sobre a sexualidade das crianças e jovens durante toda sua trajetória, passando seus pensamentos e os valores que lhes foram ensinados, “o comportamento dos pais entre si, na relação com os filhos, no tipo de ‘cuidados’ recomendados, nas expressões, gestos e proibições que estabelecem, são carregados de valores associados à sexualidade...” (Brasil, 1996, p.291).

Sendo assim, falando ou deixando de falar sobre tais assuntos, no espaço privado da família, crianças e jovens vivenciam a educação sexual. Além da família, o documento afirma que a mídia possui um papel importante, já que se expande cada vez mais, influenciando pensamentos, visões e comportamentos. Do mesmo modo, o fascículo do PCN afirma que:

Queira ou não, a escola intervém de várias formas, embora nem sempre tenha consciência disso e nem sempre acolha as questões dos adolescentes e jovens. Seja no cotidiano da sala de aula, quando proíbe certas manifestações e permite outras, seja quando opta por informar os pais sobre manifestações de seu filho, a escola está sempre transmitindo certos valores, mais ou menos rígidos, a depender dos profissionais envolvidos no momento. (Brasil, 1996, p. 292)

Todo indivíduo passa por um período chamado puberdade, em que ocorre a passagem da infância para a adolescência, quando há alteração dos hormônios. Sendo assim, a sexualidade nessa fase se encontra em primeiro lugar e as ações dos jovens giram em torno dela: atitudes, falas, relacionamento e principalmente seus corpos. Os jovens apresentam a maior parte dessas mudanças, ou até mesmo as desenvolvem na escola. A vista disso, a escola se torna o lugar ideal de promoção da saúde de crianças, adolescentes e jovens, por meio da apresentação de métodos preventivos, das causas e modos de transmissão de doenças sexuais, do conhecimento sobre o próprio corpo, das consequências de uma gravidez precoce etc. Além de apresentar cuidados que os jovens devem ter, a escola também é o lugar ideal para abordar assuntos referentes à virgindade, homossexualidade, masturbação, conhecimento sobre o corpo, entre outros temas que são poucos mencionados no ambiente escolar, como em qualquer outro. Assim, “A orientação sexual na escola é um dos fatores que contribui para o conhecimento e valorização dos direitos sexuais e reprodutivos.” (Brasil, 1996, p.293). A orientação sexual na escola deve ser abordada numa “perspectiva democrática e pluralista, em que muito contribui para o bem-estar das crianças, dos adolescentes e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura” (Brasil, 1996, p.293).

A sexualidade já faz parte de nós desde o nascimento. As primeiras vivências de prazer se dão no contato entre a mãe e o filho, o que constituirá o “acervo psíquico do indivíduo, são o embrião da vida mental do bebê.” (Brasil, 1996, p.296). No decorrer do tempo, dos momentos e experiências vividas, a sexualidade vai se desenvolvendo e se manifestando de diferentes formas e em diferentes momentos. Não existe um padrão ou um tempo certo para cada coisa. Por exemplo, não nascemos com gênero, o nosso gênero é, geralmente, dado ou construído tomando

como referência o sexo biológico, ou seja, os órgãos genitais, feminino ou masculino. De acordo com o documento:

A construção do que é pertencer a um ou outro sexo se dá pelo tratamento diferenciado para meninos e meninas, inclusive nas expressões diretamente ligadas à sexualidade, e pelos padrões socialmente estabelecidos de feminino e masculino. Esses padrões são oriundos das representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos, e transmitidas através da educação, o que atualmente recebe a denominação de “relações de gênero”. Essas representações internalizadas são referências fundamentais para a constituição da identidade da criança. (Brasil, 1996, p. 12)

O texto apresenta a questão de gênero pela via da diferenciação dos papéis atribuídos ao feminino e ao masculino, ainda não se apresenta a questão do gênero na perspectiva do transgênero. Ao abordar a postura dos educadores, por exemplo, o texto enfatiza a importância de valorizar a equidade entre os gêneros, a preocupação recai na busca pela igualdade entre homens e mulheres, um enfrentamento da cultura machista.

Sobre o trabalho de orientação sexual na escola, o fascículo define que não deve substituir nem concorrer com a função da família, o trabalho não deve ter um “caráter de aconselhamento individual nem psicoterapêutico”, as temáticas “devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, sem invadir a intimidade e o comportamento de cada aluno ou professor” (Brasil, 1996, p.15). Assim, os professores devem saber como se portar, como aplicar e desenvolver assuntos relativos à sexualidade com os alunos. Ao aborda-los, os mesmos devem ter cuidado para não falar e impor suas opiniões pessoais, e sim apresentar todos os pontos de vistas, problematizando e trazendo diversos assuntos para serem discutidos. Vale destacar que o documento considera que é preciso buscar um “distanciamento das opiniões e aspectos pessoais dos professores”, mas que é impossível ter uma isenção total, uma vez que:

Os professores (e as demais pessoas), mesmo sem perceber, transmitem valores com relação à sexualidade no seu trabalho cotidiano, inclusive na forma de responder ou não às questões mais simples trazidas pelos alunos. Por exemplo, se um professor disser que uma relação sexual é apenas a que acontece entre um homem e uma mulher após o casamento para ter filhos, estará afirmando valores específicos: sexo heterossexual após o casamento, com o objetivo da procriação. (Brasil, 1996, p. 302, 303)

Por isso, os professores devem passar por uma formação que lhes prepare para tal atividade. O documento afirma que a formação deve ser continuada e sistemática, “propiciando a reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual.” (Brasil, 1996, p. 303). Desta forma, a orientação sexual deve refletir “os

valores democráticos e pluralistas”. A finalidade do trabalho é “contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade” (Brasil, 1996, p. 311).

Outro ponto abordado no fascículo é a relação entre escola e família. O documento afirma que antes de dar início as atividades relacionadas à educação sexual, deve-se estabelecer um diálogo com os pais dos alunos para que os mesmos também participem, já que são de grande importância para o êxito das propostas de orientação sexual. Vale destacar que não compete à escola determinar as diretrizes familiares como é certo ou errado, e sim, “abrir espaço para que a pluralidade de concepções, valores e crenças sobre sexualidade possa se expressar” (Brasil, 1996, p. 305), a não ser que as diretrizes familiares sejam de caráter ilegal, de acordo com os direitos das crianças e jovens, “Nesses casos específicos, cabe à escola posicionar-se a fim de garantir a integridade básica de seus alunos.” (Brasil, 1996, p. 305). O documento também defende que a família pode ser organizada por diferentes arranjos e valores, mas continua preso numa lógica heteronormativa, que prevê a conjugação familiar pela união entre homens e mulheres.

O núcleo familiar pode incluir pai, mãe e filhos com outros agregados ou não. Pode-se estabelecer entre mãe e filhos ou pais e filhos. A separação dos pais pode dar origem ao compartilhar de duas casas, com duas famílias, incluindo padrasto e madrasta. A adoção de filhos, o peso do sustento da família por parte da mulher, o compartilhar da mesma casa por casal que se separou são outros elementos presentes nas estruturas familiares. Muitas crianças e adolescentes vivem em lares habitados exclusivamente por homens ou por mulheres. O número de famílias chefiadas por mulheres cresceu significativamente no Brasil, indicando tanto os novos rumos sociais da mulher quanto a inviabilidade da manutenção de relações homem-mulher, montadas sobre vínculos pouco consistentes. (Brasil, 1996, p. 304)

Adiante, o documento aborda a orientação sexual como um tema transversal, uma vez em que as questões referentes à sexualidade não são de caráter individual, e sim coletivo e social, devem, portanto, ser contextualizadas social e culturalmente. Novamente o documento apresenta a questão do gênero como construção social, se referindo aos papéis definidos para o feminino e o masculino. “É nas relações sociais que se definem, por exemplo, os padrões de relação de gênero, o que homens e mulheres podem e devem fazer por serem homens e mulheres, e, principalmente, quais são e quais deverão ser os direitos de cidadania ligados à sexualidade e à reprodução.” (Brasil, 1996, p.307). O caráter transversal significa que “tanto a concepção quanto os objetivos e conteúdos propostos por Orientação Sexual encontram-se contemplados pelas

diversas áreas do conhecimento.” (Brasil, 1996, p. 307). A educação sexual deve, portanto, impregnar “toda a prática educativa” (Brasil, 1996, p. 307).

Ao final da primeira parte do fascículo do PNC, define-se que a educação sexual é um tema que “vincula-se ao exercício da cidadania na medida em que propõe o desenvolvimento do respeito a si e ao outro e contribui para garantir direitos básicos a todos...” (Brasil, 1996, p. 311).

São objetivos da orientação sexual ao fim do ensino fundamental:

- respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade, reconhecendo e respeitando as diferentes formas de atração sexual e o seu direito à expressão, garantida a dignidade do ser humano;
- compreender a busca de prazer como um direito e uma dimensão da sexualidade humana;
- conhecer seu corpo, valorizar e cuidar de sua saúde como condição necessária para usufruir prazer sexual;
- identificar e repensar tabus e preconceitos referentes à sexualidade, evitando comportamentos discriminatórios e intolerantes e analisando criticamente os estereótipos;
- reconhecer como construções culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra discriminações a eles associadas;
- identificar e expressar seus sentimentos e desejos, respeitando os sentimentos e desejos do outro;
- reconhecer o consentimento mútuo como necessário para usufruir prazer numa relação a dois;
- proteger-se de relacionamentos sexuais coercitivos ou exploradores;
- agir de modo solidário em relação aos portadores do HIV e de modo propositivo em ações públicas voltadas para prevenção e tratamento das doenças sexualmente transmissíveis/Aids;
- conhecer e adotar práticas de sexo protegido, desde o início do relacionamento sexual, evitando contrair ou transmitir doenças sexualmente transmissíveis, inclusive o vírus da Aids;
- evitar uma gravidez indesejada, procurando orientação e fazendo uso de métodos contraceptivos;
- consciência crítica e tomar decisões responsáveis a respeito de sua sexualidade. (Brasil, 1996, p. 311, 312).

Na sua segunda parte, o fascículo retrata que somente a partir da quinta série, para além da transversalidade, temas como pornografia, aborto, gravidez, DST, virgindade, entre outros referentes à educação sexual, devem ser abordados de forma sistemática e em um lugar específico como, por exemplo, os acrescentando na grade horária dos alunos. Isso pode ocorrer por conta da fase e idade em que as crianças da quinta série estão, quando começam a apresentar dúvidas, necessidades, curiosidades sobre sexualidade por conta da puberdade. Nesse ciclo, de acordo com o documento do PCN, a proposta da orientação sexual se define em três blocos ou critérios, “Corpo: matriz da sexualidade”, “Relações de Gênero” e “Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids”. O trabalho em torno da orientação sexual pressupõe pensar e debater “estereótipos de gênero, raça, nacionalidade, cultura e classes sociais ligados à sexualidade”. (Brasil, 1996, p. 316).

O bloco “Corpo: matriz da sexualidade” enfatiza a distinção entre os conceitos de organismo e corpo. Os conceitos de organismo consistem em informações sobre anatomia e funcionamento do mesmo, já o corpo é “um todo integrado de sistemas interligados e que inclui emoções, sentimentos, sensações de prazer e desprazer” (Brasil, 1996, p. 317). Sendo assim, o corpo também envolve fatores sociais e culturais que influenciam características e percepções do mesmo, inclusive de suas “dimensões biológicas, psicológica e social”. Ao abordar tal tema, assuntos referentes à apropriação do próprio corpo, melhora e aumento da autoestima recebem bastante foco.

Como a orientação sexual na escola deve partir de uma visão pluralista e integrada, temas e assuntos referentes a mesma serão vinculados com matérias de diferentes áreas, como português, matemática, história, geografia, ciências naturais, educação física e arte, que devem abordar assuntos referentes ao corpo e a orientação sexual de diferentes formas e aspectos. É dever do professor abordar assuntos referentes as transformações do corpo, surgimentos dos caracteres sexuais que se diferenciam de menino para menina, os medos incentivados por essas mudanças. Além disso, é preciso relacionar o tema com mudanças ocorridas no ambiente familiar e social, como, por exemplo, o “mecanismo social de tolerância e incentivo à iniciação sexual dos meninos concomitantemente com a repressão sexual das meninas e o tabu da virgindade feminina” (Brasil, 1996, p. 319) e a reprovação social das adolescentes do sexo feminino na “experimentação de intimidade erótica com vários parceiros, sanção praticamente inexistente

para os adolescentes do sexo masculino” (Brasil, 1996, p.320). O PCN enfatiza que a escola deve atuar diretamente com a rede de saúde pública da região.

O corpo, como sede do ser, é uma fonte inesgotável de questões e debates, que vão muito além do que é habitual incluir nos estudos da sua anatomia e fisiologia. (Brasil, 1996, p.321)

O segundo bloco, Relações de Gênero, trata do conjunto de representações e conceitos sociais atribuídos ou impostos aos sexos masculino e feminino, e a lugares, exercícios, oportunidades oferecidas apenas a um sexo, o masculino. O objetivo desse bloco é apurar e explicar tais discriminações, preconceitos e desigualdades relacionadas ao gênero, com o intuito de interromper esse estereótipo. Por exemplo, a “repressão das expressões de sensibilidade, intuição e meiguice, nos meninos ou de objetividade e agressividade nas meninas” (Brasil, 1996, p. 322).

As diferenças de cada sexo, tanto no comportamento quanto na fisionomia, não deve ser um padrão obrigatoriamente a ser seguido ou imposto. No cotidiano escolar essa demanda é ocorrida eventualmente, principalmente em brincadeiras, apelidos e questionamentos que dizem respeito à sexualidade, quando ocorrido, é dever do professor intervir e trabalhar o assunto, ensinando e lembrando os alunos do respeito ao próximo e suas diferenças. É importante abordar também a violência relacionada ao gênero, pois os meninos como normalmente possuem mais força que as meninas podem, por sua vez, aproveitar dessa característica genética para fazer uso de violência sobre o sexo oposto.

Tome-se como exemplo a discussão do tema da homossexualidade. Muitas vezes se atribui conotação homossexual a um comportamento ou atitude que é expressão menos convencional de uma forma de ser homem ou mulher. Ela escapa aos estereótipos de gênero, tal como um menino mais delicado ou sensível ser chamado de “bicha” ou uma menina mais agressiva ser vista como lésbica, atitudes essas discriminatórias. Em cada período histórico e em cada cultura, algumas expressões do masculino e do feminino são dominantes e servem como referência ou modelo, mas há tantas maneiras de ser homem ou mulher quantas são as pessoas. Cada um tem o seu jeito próprio de viver e expressar sua sexualidade. Isso precisa ser entendido e respeitado pelos jovens. (Brasil, 1996, p. 325).

O terceiro bloco, Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids, propõe desassociar os tabus referentes à sexualidade e ao sexo, mostrando aos jovens que a sexualidade é algo inerente à vida, à condição humana e que não é algo errado. Ao abordarmos assuntos referentes às doenças sexualmente transmissíveis e à Aids, devemos ter o cuidado de não passar o

preconceito social que é praticado pela sociedade como, por exemplo, amedrontar os jovens para não terem relações sexuais por conta da possibilidade de contrair alguma DST, e sim relacionar diretamente com a saúde pública e individual, apresetando-lhes métodos de proteção. É dever do professor, ao abordar tal tema, explicar e exemplificar como podemos contrair e como podemos nos proteger dessas doenças, seus sintomas tanto nas mulheres quanto nos homens, e principalmente enfatizar que não devemos agir de forma discriminatória com pessoas portadoras do vírus HIV, ao contrário, devemos falar sobre o direito à cidadania, sobre a importância do convívio, da solidariedade e do respeito com pessoas portadoras do vírus. É importante também discutir sobre a responsabilidade de, por exemplo, “comunicar aos eventuais parceiros sexuais a ocorrência da infecção” (Brasil, 1996, p.327).

Esse assunto referente as DST também possui ligação direta com as drogas, por isso é de grande valor tratar sobre outras formas de contaminação, como por exemplo ao compartilhar agulhas e seringas ou fazer uso de substâncias que afetam nossa consciência ou sistema nervoso.

Poucos se lembrarão de usar camisinha estando bêbados ou, por exemplo, sob o efeito de um alucinógeno. O trabalho de prevenção da Aids junto aos jovens implica, portanto, não só a abordagem franca e direta da sexualidade, mas também o debate aberto sobre as drogas. (Brasil, 1996, p.329)

Durante o debate ou conversa sobre os temas propostos, ao mesmo tempo que deve ser fornecidas informações aos jovens, também é possível que os mesmos apresentem seus medos, inseguranças e dúvidas, tanto emocionais, sociais e culturais, quanto relacionadas aos mitos e tabus sobre o sexo.

Dentre os obstáculos emocionais, vale destacar os mecanismos de onipotência e de negação entre os adolescentes, que demandam espaço contínuo de discussão para que possam vir à tona e modificar-se. A crença de que “comigo não vai acontecer” ou de que não há risco porque “eu só transo com quem eu conheço” é reveladora desses mecanismos, que se utilizam do pensamento mágico, tentando obter controle sobre todas as variáveis envolvidas no relacionamento sexual. (Brasil, 1996, p. 326).

Conclui-se que a sexualidade se estabelece como um dos maiores assuntos de interesse a ser tratado entre os jovens, principalmente por ser tão reprimido. Sobre a pessoa que pode abordar tais discussões, o documento afirma que qualquer professor, de qualquer matéria, ou funcionário da escola que tenha contato com os alunos, tem o direito de aproveitar situações ou criar debates/aulas para trabalhar assuntos relacionados à sexualidade, o único requisito é que o mesmo seja capaz de guiar e direcionar o debate sem atribuir suas opiniões.

No âmbito dos PCN, a orientação sexual no espaço escolar não é uma “disciplina”, sendo assim, não propicia avaliação baseada em notas como de costume na escola. Pode-se criar avaliações baseadas em perguntas, como um questionário, a fim de coletar dados referentes à abordagem da orientação sexual no espaço escolar.

É função do coordenador polemizar posições hegemônicas, trazendo pontos de vista divergentes e desconhecidos ou esquecidos dos alunos; apresentar informações do ponto de vista legal e jurídico, social, histórico e outros; trazer e discutir posicionamentos de diferentes grupos sociais sobre determinado tema. Dessa forma, estará contribuindo para abrir as perspectivas e os horizontes da discussão, assim como demonstrando, na prática, a complexidade sociocultural de questões aparentemente simples e individuais. Essa atuação contribui também para o bem-estar e para a construção de uma ética autônoma, não individualista, social no trato das questões da sexualidade, tema tão polêmico nos dias de hoje. (Brasil, 1996, p.335).

Resumidamente podemos dizer que os PCN introduzem o tema da orientação sexual numa perspectiva pluralista, democrática, laica e como transversal, a ser abordado nas escolas de acordo com os ciclos escolares. Uma das críticas feitas ao PNC diz respeito ao termo orientação sexual em substituição ao de educação sexual. DINIS (2007) ressalta que o termo “orientação sexual” é bastante utilizado para substituir ou representar a “educação sexual”, o que, para ele, é um equívoco já que são coisas totalmente distintas. O termo “orientação sexual” não é adequado, pois a palavra orientar tem como função determinar algo há alguém, neste caso, determinar a sexualidade de alguém, o que não cabe a ninguém tal atitude. Sendo assim, defende que o termo educação sexual tem como objetivo e finalidade o respeito ao próximo e todas as suas diferenças, desconstruindo visões e discursos conservadores ou preconceituosos diante as imagens construídas pela sociedade referente ao feminino e masculino, a sexualidade, as opções, atitudes e corpo dos outros. Outra crítica que podemos fazer é a respeito da abordagem da questão do gênero que fica restrita à uma concepção heteronormativa, reforçando a dicotomia entre os papéis masculinos e femininos, desconsiderando outras possibilidades de manifestação de gêneros e sexualidade.

#### 4. A EDUCAÇÃO SEXUAL NA BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) possui três versões, a primeira em 2015, a segunda em 2016 e a terceira em 2017. Na sua terceira versão, a BNCC é definida como:

Um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) 1, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)2. (BRASIL, 2017, p. 7).

A construção do documento da BNCC foi proposta com base nas legislações que regulamenta a educação no Brasil. O Artigo 210 da constituição em 1988, diz que “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.” (Brasil, 1988). Na Lei de Diretrizes e Bases de 1996, o Artigo 26 afirma que os currículos da educação básica, do fundamental ao ensino médio “devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.” (Brasil, 1996). A proposta de construção de uma base curricular comum também aparece no Artigo 14 das Diretrizes Curriculares Nacionais de 1996 e no Plano Nacional de Educação de 2014.

A construção de uma BNCC é defendida por grupos não governamentais que envolvem profissionais da educação e também empresários. No site nominado “Movimento pela Base” é possível perceber que esse grupo é formado por representantes de setores privados como o diretor da empresa Natura, o diretor da Fundação Lemann, representantes do banco Itaú, do Instituto Ayrton Senna, bem como por diretores e ex-diretores de escolas, professores de diversas instituições, dentre outros grupos e sujeitos autônomos<sup>4</sup>.

A primeira versão, lançada em 2015, quando Renato Janine Ribeiro era então Ministro da Educação, diz que o documento é a:

---

<sup>4</sup> <http://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>

Base para a inovação e aprimoramento da educação básica como um todo. E, como se tornou mais ou menos consensual que sem um forte investimento na educação básica o País não atenderá aos desafios de formação pessoal, profissional, e cidadã de seus jovens, a Base Nacional Comum assume um forte sentido estratégico nas ações de todos os educadores, bem como gestores de educação, do Brasil. (BRASIL, 2015, p.2)

A primeira versão está organizada da seguinte forma: apresentação da base, princípios orientadores, documento preliminar à BNCC, princípios, formas de organização e conteúdo, e pelos componentes curriculares: matemática, português, ciências, ciências da natureza, ciências humanas, física, biologia, história, geografia, artes, filosofia, sociologia, ensino religioso, educação física e língua estrangeira moderna (Brasil, 2015). A BNCC tem como objetivo indicar caminhos e evoluções dos alunos na Educação Básica, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Sendo assim, a BNCC possui princípios para orientar cada passo ou aspecto, dentre eles destaca-se o primeiro: “desenvolver, aperfeiçoar, reconhecer e valorizar suas próprias qualidades, prezar e cultivar o convívio afetivo e social, sem discriminação por etnia, origem, idade, gênero, condição física ou social, convicções ou credos” (Brasil, 2015, p. 8).

Numa busca pelo documento, identifica-se que a questão da sexualidade aparece das seguintes formas:

- 1) no componente curricular arte, a respeito do que se espera dos estudantes, aparece como objetivo: “conhecer, fruir e analisar criticamente diferentes práticas e produções artísticas e culturais do seu entorno social e em diferentes sociedades, em distintos tempos e espaços, respeitando as diferenças de etnia, gênero, sexualidade e demais diversidades” (Brasil, 2015, p. 86);
- 2) no componente curricular ciências da natureza, a respeito da dimensão biológica no que envolve: “compreender as mudanças físicas, fisiológicas e comportamentais ocorridas no processo de puberdade” (Brasil, 2015, p.182), no qual a sexualidade aparece como exemplo;
- 3) no componente curricular biologia, do ensino médio, quando se afirma que “o jovem não pode prescindir do conhecimento conceitual em biologia para estar bem informado, se posicionar e tomar decisões acerca de uma série de questões do mundo contemporâneo, que envolvem temas diversos, como: identidade étnico-racial e racismo; gênero, sexualidade, orientação sexual e homofobia (...)” (Brasil, 2015, p. 187);

- 4) no componente curricular sociologia, no processo de formação de identidades políticas e culturais, a sexualidade deve ser compreendida numa perspectiva socioantropológica, tal como o sexo e o gênero.

Na busca pela palavra gênero não se encontra resultados muito diferentes dos acima apresentados. Quando não se remete à perspectiva de gênero de linguagem ou discursivo, gênero aparece como elemento/atributo/expressão que deve ser respeitado. Vale apontar que no campo acerca da educação infantil, o termo gênero aparece quando se considera que “o foco do trabalho pedagógico deve incluir a formação pela criança de uma visão plural de mundo e de um olhar que respeite as diversidades culturais, étnico-raciais, de gênero, de classe social das pessoas (...)” (Brasil, 2015, p. 19).

A segunda versão, publicada em 2016, se estrutura apresentando a proposta de construção de uma BNCC, seus princípios e direitos de aprendizagem e de desenvolvimento, educação especial, e as etapas da educação básica (infantil, fundamental e ensino médio), pelas áreas do conhecimento e seus respectivos componentes curriculares, como: matemática, português, ciências, ciências da natureza, ciências humanas, física, biologia, história, geografia, artes, filosofia, sociologia, ensino religioso, educação física e língua estrangeira moderna. Relacionando a estrutura da primeira e da segunda BNCC, é evidente que essa segunda versão é mais repartida, por exemplo, a primeira não possui divisão estrutural referente ao ensino fundamental ao médio, já a segunda é dividida por etapas, passando pelos anos iniciais do ensino fundamental, os anos finais do ensino fundamental, chegando ao ensino médio.

Numa busca geral no documento, identifica-se que as questões da sexualidade e gênero sexual aparecem das seguintes formas:

- 1) na etapa da educação infantil dentro do campo de “Experiências corpo, gestos e movimentos”, em que se aborda não só as características físicas e biológicas do corpo, “mas também marcas de nosso pertencimento social que repercutem em quem somos e nas experiências que temos em relação ao gênero, à etnia ou raça, à classe, à religião e à sexualidade.” (Brasil, 2016, p. 70). A questão do gênero aparece também relacionada ao direito de aprendizagem: “conviver com crianças e adultos e com eles criar estratégias para investigar o mundo social e natural, demonstrando atitudes positivas em relação às situações que envolvam diversidade étnico-racial, ambiental, de gênero, de língua, de religião.” (Brasil, 2016, p. 80)

- 2) no componente curricular biologia dentro da estrutura da etapa Ensino Médio aparece a seguinte menção: “O jovem não pode prescindir do conhecimento conceitual em Biologia para estar bem informado, se posicionar e tomar decisões acerca de uma série de questões do mundo contemporâneo, que envolvem temas diversos, como: identidade étnico-racial e racismo; gênero, sexualidade, orientação sexual e homofobia; gravidez e aborto; problemas socioambientais relativos à preservação da biodiversidade e estratégias para desenvolvimento sustentável; problemas relativos ao uso de biotecnologia, tais como produção de transgênicos, clonagem de órgão; terapia por células-tronco.” (Brasil, 2016, p.150).
- 1) no componente curricular de artes e dança dentro nos anos iniciais do ensino fundamental, surge como uma reflexão de experiências corporais tanto pessoais como sociais apresentadas em sala com o intuito de problematizar questões de gênero, corpo e sexualidade. (Brasil, 2016, p. 237).
- 2) no componente curricular de artes e teatro, nos anos iniciais do ensino fundamental, aparece como uma reflexão de experiências teatrais apresentadas em sala com o intuito de problematizar questões de gênero, corpo e sexualidade. (Brasil, 2016, p.239).
- 3) no componente curricular do ensino religioso, nos anos iniciais do ensino fundamental, referindo aos “Direitos humanos e cidadania – englobando educação para o trânsito, idosos, questões de diversidade, gênero e sexualidade, segurança alimentar; Educação Ambiental” (Brasil, 2016, p.318).
- 4) no componente curricular de ensino religioso, nos anos finais do ensino fundamental, aparece como uma elaboração de questionamentos voltados “à existência humana e às situações limites que integram a vida, articulados às questões socioambientais, geopolíticas, culturais, religiosas, de gênero e sexualidade, dentre outras.” (Brasil, 2016, p.485).
- 5) no componente curricular da língua estrangeira moderna, no final do ensino fundamental, no contexto de vida quando os jovens apresentam uma mudança em seus laços afetivos e relações sociais, “intensificando suas relações com os pares de idade e as aprendizagens referentes à sexualidade e às relações de gênero,

acelerando o processo de ruptura com a infância na tentativa de construir valores próprios” (Brasil, 2016, p.321).

- 6) no componente curricular de artes e dança, nos anos finais do ensino fundamental, o tema aparece da seguinte forma: “Apropriar-se dos diversos conceitos e procedimentos de dança de modo a problematizar as questões de gênero, corpo e sexualidade.” (Brasil, 2016, p.397).
- 7) no componente curricular da área de ciências da natureza, nos anos finais do ensino fundamental, mostra-se como as relações das “dimensões orgânica, culturais, afetiva e éticas na reprodução humana, que implicam cuidados, sensibilidade e responsabilidade no campo da sexualidade, especialmente a partir da puberdade.” (Brasil, 2016, p.447).
- 8) no componente curricular da Educação Física na etapa do Ensino Médio, promove a reflexão de temas “filosóficos, éticos, sociais, midiáticos e políticos que emergem da prática da dança, tendo como foco as questões do corpo, das crenças, de gênero e da sexualidade.” (Brasil, 2016, p.545).

Já na terceira, e última, versão, publicada em dezembro de 2017, a BNCC diz respeito ao ensino médio e é estruturada da seguinte forma: apresentação, introdução, marcos legais, fundamentos pedagógicos, pacto interfederativo e implementação da Base, a etapa do ensino médio, e seus componentes curriculares.

Numa busca no documento, chama a atenção o fato da palavra sexualidade aparecer somente uma vez, ao se abordar o itinerário formativo do Ensino Médio que traz uma flexibilidade na organização dos currículos, onde “podem ser criadas situações de trabalho mais colaborativas, que se organizem com base nos interesses dos estudantes e favoreçam seu protagonismo.” (Brasil, 2017, p. 471). O tema aparece como um exemplo abordado numa estratégia chamada “núcleo de estudo”, onde se “desenvolvem estudos e pesquisas, promovem fóruns de debates sobre um determinado tema de interesse e disseminam conhecimentos por meio de eventos – seminários, palestras, encontros, colóquios –, publicações, campanhas etc. (juventudes, diversidades, sexualidade, mulher, juventude e trabalho etc.)” (Brasil, 2017, p.472). Já a palavra gênero aparece diversas vezes remetendo ao gênero textual/discursivo, nenhuma menção ao gênero na sua dimensão sexual.

De forma resumida, podemos concluir que as palavras gênero e sexualidade são citadas nas três versões da Base Nacional Curricular Comum se referindo, principalmente ao aspecto biológico, relacionado à matéria curricular de biologia, com ênfase na reprodução humana. As primeira e segunda versões são mais pluralistas e abrangem a educação sexual, enfatizando a dimensão do respeito à diversidade, junto às questões de raça/etnia, classe, gênero, crença/religião. Já na terceira versão é possível perceber um silenciamento em relação à educação sexual, visto que não há referência mais aos termos sexualidade e gênero (sexual) na mesma perspectiva das versões anteriores.

Para Macedo (2017) a elaboração da BNCC é norteada por negociações políticas, mediante a entrada em cena do movimento Escola Sem Partido (ESP), criado em 2004 por Miguel Nagib, e que se define como “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (ESCOLA SEM PARTIDO *apud* MACEDO, 2017, p. 508). O movimento emerge após a institucionalização do Programa Brasil sem Homofobia (e do Escola sem Homofobia), quando foi produzido um material educativo para promover o respeito à diversidade sexual nas escolas, que foi “intencionalmente” denominado e difundido pela ESP como “Kit gay”, invertendo seus objetivos, considerando-os doutrinatórios – daí surgem também as noções de doutrinação ideológica e de ideologia de gênero.

Para Macedo, o movimento ESP vem diariamente tentando intervir na política educacional e nos objetivos curriculares da BNCC, visando combater “a uma mentalidade progressista, favorável ao PT [Partido dos Trabalhadores], que auxiliou a manutenção deles no poder”, e desqualificar a religião e a naturalização do comportamento homossexual ((MACEDO, 2017, p.509). Portanto, torna-se claro que a EPS representa um “movimento conservador que busca mobilizar princípios religiosos, a defesa da família em moldes tradicionais e a oposição a partidos políticos de esquerda e de origem popular.” (MACEDO, 2017, p.509). Além disso, Macedo enfatiza que “a entrada em cena das demandas conservadoras do ESP desloca ainda mais o jogo político no sentido do controle que exclui a diferença, ao mesmo tempo em que torna explícita essa exclusão.” (2017, p. 509, 510).

Para Macedo, a BNCC define-se como uma normatividade neoliberal, interpretada como “uma forma de razão que configura todos os aspectos da existência em termos econômicos”. Macedo afirma que após o impeachment de Dilma Rousseff, as demandas conservadoras

ampliaram consideravelmente, buscando garantir um controle político que descarta, ainda mais, as diferenças presentes em nossa sociedade e em cada indivíduo. Para Macedo,

O movimento apresenta duas ordens de demandas em relação à BNCC: quanto à instância competente para sua aprovação e quanto ao seu conteúdo, mais especificamente, aos objetivos de aprendizagem e ensino. Ao pôr em xeque a competência do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do MEC para a definição da BNCC, o movimento tem sustentado que a organização do documento em torno de direitos de aprendizagem, preconizada pela lei que instituiu o PNE, é “invasão de competências”. Para ele, a BNCC tem “que tratar de currículo, não de direitos. Porque os direitos estão contidos na Constituição...” (2017, p. 514).

Macedo aponta que o ESP faz um ataque frontal aos direitos, “no intuito de reduzir a BNCC a um conjunto de conteúdo a ser ensinado”, deslocando “o jogo político na direção do fortalecimento das demandas neoliberais por *accountability*.<sup>5</sup>” (2017, p.515). Na análise dos objetivos apresentados pelo ESP, Macedo ressalta: a transferência da educação para o espaço privado da família, a quem caberia a formação moral e ética das crianças, cabendo à escola somente o ensino de conteúdos e restringindo a educação à tarefa de instruir e proporcionar conhecimentos e habilidades que permitam a pessoa ganhar o seu sustento; o combate ao viés ideológico de esquerda; a posição contrária ao respeito à diversidade cultural nos currículos; e o combate a chamada ideologia de gênero. Esses dois últimos justificam a retirada da educação sexual como um tema a ser abordado no espaço escolar.

Como exposto anteriormente, as exclusões tratam-se de questões raciais, de gênero, políticas e de sexualidade, o que é alarmante, pois são questões precarizadas, quando não possuem visibilidade na sociedade, portanto, figuram um retrocesso para as poucas conquistas das minorias. Para o ESP, os objetivos de ensino e aprendizagem presentes na BNCC devem ser revistos já que o dever da escola é de ensinar e não de educar. Macedo conclui que o “ESP ajuda a reviver, em nossa história, traumas e uma nação assentada no mito da inclusividade total erigido sobre a exclusão silenciosa do outro.” (2017, p.518)

---

<sup>5</sup> *Accountability* é um termo em inglês que remete à prestação de conta, à responsabilidade, à governança no desempenho de uma função.

## 5. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, a educação sexual em escolas no Brasil se deu a partir de três ondas: a primeira caracterizada pela questão moral e higiênica no início do século XX; a segunda, na década de 1960, fortemente influenciada pelas questões feministas e de gênero; e a terceira, já na década de 1980, no contexto da epidemia da AIDS. De modo geral, podemos dizer que a educação sexual é uma prática que trata temas como relações sexuais, gravidez precoce ou na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis (DST), métodos de prevenção e contraceptivos, diversidade sexual e de gênero, respeito e tolerância, entre alguns outros assuntos que estão cada vez mais recorrentes entre os jovens.

Foi com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, publicada em 1996, que houve abertura para uma abordagem democrática e pluralista do tema da educação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997). Todavia, a recente publicação da Base Nacional Comum Curricular introduziu mudanças na abordagem da educação sexual que apontam para outra direção: a do silenciamento da questão da sexualidade na escola, em função da força do movimento ESP.

A elaboração da BNCC indica um retrocesso no que tange à educação sexual em escolas, por conta do movimento ESP. Ao retirar os conteúdos que promovem o respeito à diversidade de opiniões, culturas, classes, etnias e sexualidade, a BNCC contraria o objetivo previsto na Constituição Federal de que é uma base comum deve abordar conteúdos “de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.” (Brasil, 1988). Com as exclusões propostas pela ESP, abre-se espaço para o conservadorismo que ocupa cada vez mais espaço em nossa sociedade, promovendo um silenciamento das questões que envolvem a sexualidade humana, dimensão natural da vida. O movimento ESP enfatiza que a educação sexual é assunto da esfera privada, diz respeito aos pais, a família, ou seja, não deve ser abordada na esfera pública, não é dever da escola tratar disso, a escola deve ensinar e os pais educar. A sexualidade deixar de ser uma das “aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017, p. 7).

É de suma importância lembrar que, geralmente, os estudantes da esfera pública, das escolas públicas, possuem baixa renda e um acesso precário à educação e informação, assim como seus pais. Sendo assim, tais alunos ficam isentos de informações referentes à educação

sexual e expostos ao risco das infecções por relações sexuais, da gravidez indesejada, dos abusos e violências sexuais, dos preconceitos de gênero e sexualidade.

A BNCC apaga a perspectiva democrática e pluralista definida nos PNCs que garante um limite na ação escolar, ao afirmar que a educação sexual na escola não substitui a função da família, e deve ser feita no limite da ação pedagógica. O texto do fascículo Orientação Sexual dos PNCs é claro ao preservar a dimensão ética da educação sexual no espaço escolar, solicitando que professores não emitam, menos ainda, imponham sua opinião, garantindo o respeito a toda crença e valor.

A BNCC, ao subtrair o tema da educação sexual, fecha os olhos para diversas questões que atravessam a infância e a juventude, e reduz a educação sexual a uma perspectiva heteronormativa. A Educação Sexual não devia ser tão desvalorizada, pois faz parte da educação escolar, da saúde pública e da formação do indivíduo, sendo assim, é de extrema importância tal tema ser apresentado aos jovens e debatido, pois de acordo com Rosemberg (2017) é um tema que apaixona a opinião pública e tem que ser passado aos alunos com a intenção de orientá-los, mostrando todos os pontos de vista possíveis para que então cada um forme sua opinião e viva de acordo com seus ideais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento escola sem partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Revista Educação e Sociedade**. Vol. 38. Nº 139, p. 507-524. Campinas, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00507.pdf>>, acessado em Dezembro de 2018.

BASSALO, Lucélia de Moraes Braga. **A EDUCAÇÃO SEXUAL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX NO BRASIL**, 2010. Disponível em: <<http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6673--Int.pdf>>, acessado em Setembro de 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação, Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Programa Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1359704.pdf> >, acessado em novembro de 2017.

BOMFIM, Sandra Souza. Orientação sexual na escola: tabus e preconceitos, um desafio para a gestão. **Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção de graduação em Pedagogia - UNEB**. Salvador, 2009. Disponível em: <http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/Monografia-SANDRA-SOUZA-BOMFIM.pdf> acesso em novembro de 2017.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia". **Educar em Revista**, nº 35, p. 37-51, UFPR, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602009000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000300004)>, acessado em novembro de 2017.

DINIS, Nilson e ASINELLI-LUZ, Araci. Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. **Rev. Educar**, Curitiba, n.30, p.77-87, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n30/a06n30.pdf>> acessado em novembro de 2017.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Escola sem Partido**, 2017. Disponível em:

<<https://www.programaescolasempartido.org/>>

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico Revendo a história da educação sexual no Brasil: ponto de partida para a construção de um novo rumo. **Nuances**, Vol. IV, setembro de 1998. Disponível em: < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/84> > acesso em novembro de 2017.

GAVA, Thais e VILLELA, Wilza Vieira. Educação em sexualidade: desafios políticos e práticos para a escola. **Sexualidad, Salud y Sociedad** – Revista Latinoamericana, ISSN 1984-6487, n.24, dic./dez./dec. 2016, p. 157-171. Disponível em: <

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-64872016000300157&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-64872016000300157&script=sci_abstract&lng=pt)  
> acessado em novembro de 2017.

MINAYO, M.C.S. (ORG). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. (Coleção temas sociais).

MONTARDO, Jorge. A escola e a educação sexual. **La Salle – Revista de Educação, Ciência e Cultura**, v.13. nº1, jan/jun de 2008. Disponível em:

<[http://www.revistas.unilasalle.edu.br/documentos/documentos/Educacao/V13\\_1\\_2008/12\\_Jorge\\_e\\_Montardo.pdf](http://www.revistas.unilasalle.edu.br/documentos/documentos/Educacao/V13_1_2008/12_Jorge_Montardo.pdf)>, acessado em novembro de 2017.

REIS, Giselle Volpato e RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Sexualidade e educação escolar: algumas reflexões sobre orientação sexual na escola. **Mimeo**. 2005. Disponível em: <

<http://ead.bauru.sp.gov.br/efront/www/content/lessons/50/Texto%20sexualidade2.pdf>> acessado em novembro de 2017.

RIOS, Roger Raupp. Para um direito democrático da sexualidade. **Rev. Horizontes**

**Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n.26, p. 71-100, jul/dez. 2006. Disponível em: <

<http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n26/a04v1226.pdf>>, acessado em novembro de 2017.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação sexual na escola. **Cad. Pesquisa**, São Paulo (53): 11-10, maio 1985. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1372>>, acessado em novembro de 2017.

SFAIR, Sara Caram; BITTAR, Marisa e LOPES, Roseli Esquerdo. Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais. **Saúde Soc**. Vol.24, nº2, São Paulo, Apr./june 2015. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902015000200620](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902015000200620)>,  
acessado em novembro de 2017.